

AUDITOR FISCAL DE RECEITAS ESTADUAIS DA SEFA - PA

CONCURSO PÚBLICO C-213 EDITAL 001/2021

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS – 27/03/2022 MANHÃ

Nome do Candidato: _____

Nº de Inscrição: _____

Assinatura

PROVA TIPO 2

MARQUE ESSE TIPO DE PROVA NO SEU CARTÃO RESPOSTA

MARCAÇÃO INCORRETA, OU NÃO MARCAÇÃO, DO TIPO DA CAPA DA PROVA no CARTÃO RESPOSTA é de inteira responsabilidade do candidato implicando na NÃO CORREÇÃO do seu cartão resposta.

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. O saco plástico recebido **na entrada** para guarda do seu material deverá, obrigatoriamente, ser colocados embaixo de sua carteira. O descumprimento dessa medida implicará na sua eliminação, constituindo tentativa de fraude.
2. Além deste BOLETIM DE QUESTÕES você recebeu seu CARTÃO RESPOSTA personalizado.
3. Confira se seus dados pessoais e cargo, constam na parte superior do seu CARTÃO RESPOSTA. Caso exista alguma imprecisão ou erro de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala, a fim de que este registre a devida correção de dados.
4. Esta prova terá duração de 05 (cinco) horas sendo constituída de uma prova com 100 (cem) questões objetivas.
5. Somente em caso de urgência o candidato deverá pedir ao fiscal para ir ao banheiro, sempre acompanhado do fiscal itinerante, devendo permanecer de máscara e calado no percurso, podendo antes e depois da entrada na sala e no banheiro sofrer revista com detector de metais. Ao sair da sala, no término da sua prova, o candidato deverá continuar de máscara e não poderá mais utilizar o banheiro.
6. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir sobre a sua prova.
7. O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização da prova por, no mínimo, **duas** horas após o início da prova. A inobservância acarretará a eliminação deste Concurso Público.
8. A marcação do CARTÃO RESPOSTA deve ser feita somente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, as feitas com lápis não serão consideradas.
9. A maneira correta de marcar as respostas no CARTÃO RESPOSTA é cobrir totalmente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo constante no CARTÃO RESPOSTA.
10. Em hipótese alguma haverá substituição do CARTÃO RESPOSTA por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
11. É obrigatório que você assine a LISTA DE PRESENÇA e o CARTÃO RESPOSTA, do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
12. Ao final da sua prova, você deverá devolver o BOLETIM DE QUESTÕES, juntamente com o CARTÃO RESPOSTA. O candidato poderá levar este BOLETIM DE QUESTÕES desde que estejam faltando 30 minutos, ou menos, para seu término.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, de máscara, aguardando até que todos concluem a prova para assinarem a ata de sala e saírem conjuntamente.
14. Será automaticamente eliminado deste Concurso Público o candidato que, durante a realização das provas, descumprir os procedimentos definidos no Edital nº 001/2021-SEPLAD/SEFA de 21/12/2021.

Leia atentamente o texto a seguir para responder às questões de 1 a 20.

**Felicidade x ideal de beleza:
o conceito que aprisiona gerações de mulheres**

01 O filme preferido na minha adolescência era "As Patricinhas de Beverly
02 Hills". Devo ter assistido mais de cem vezes, cheguei até a decorar as falas das
03 personagens e principalmente da Dionne. O ápice daquela época, pra mim, foi
04 conhecê-la. A personagem era interpretada pela atriz Stacey Dash, uma jovem
05 negra, bonita e rica.

06 Eu tinha 14 anos e era a primeira vez que via uma jovem negra de tranças
07 na TV interpretando uma adolescente como as jovens brancas que eu assistia
08 nos filmes da Sessão da Tarde: linda, sem problemas financeiros e que
09 namorava. Uma menina negra vivenciando o amor era algo que, aos 14 anos, eu
10 nunca havia visto na TV ou na vida real.

11 Sucesso dos anos 90, não à toa, o filme transcendeu sua época e até
12 hoje é muito comentado entre as gerações z e millennial. Mas a marca que este
13 filme deixou no meu interior foi muito maior e devastadora do que a presença da
14 Dionne. Há algum tempo venho percebendo o quanto eu aprendi durante a minha
15 adolescência que para atingir a felicidade precisava eu sempre ser mais magra,
16 mais bonita, mais popular.

17 Se puder criar um termo aqui e agora eu diria que nós, adolescentes dos
18 anos 90, vivemos uma agressiva beauty wash* durante a Sessão da Tarde. Não
19 só o filme das patricinhas, mas a maioria dos filmes que assistimos contribuiu
20 para ferrar com o conceito que temos sobre o nosso corpo. Quase todos eles
21 mostravam garotas que pra alcançar o sucesso se submetiam a mudanças
22 físicas e de comportamento. Tiravam os óculos, o aparelho ortodôntico,
23 mudavam as roupas, os cabelos e perdiam alguns quilos para se sentirem
24 realizadas e felizes.

25 Isso fez com que uma geração de mulheres aprendesse que felicidade só
26 se alcança quando atingimos um determinado ideal de beleza. É como se
27 existisse um passaporte pela felicidade e ele fosse um extreme makeover**.
28 Você se reconstrói, se transforma e encontra aquele boy lindo dos sonhos,
29 conquista o emprego desejado, se torna uma das pessoas mais populares do
30 seu grupo.

31 Mas isso tudo é só nos filmes. Porque com o passar dos anos nós
32 descobrimos que muitos dos boys eram tóxicos e que nem todas as garotas
33 queriam conquistar homens, mas elas também amavam mulheres. O trabalho
34 dos sonhos pode ser algo criado por você mesma, uma empreendedora
35 transformando sua própria realidade através do seu empenho. E a popularidade?
36 Ah! Em tempos de Instagram prefiro falar sobre isso em outro texto.

37 Nós também descobrimos o quanto o ideal de beleza é uma contra
38 resposta do machismo para as conquistas políticas, sócio-econômicas das
39 mulheres. Quanto maiores os nossos avanços na ocupação de espaços para os
40 quais fomos historicamente excluídas, maiores são as exigências de beleza
41 expostas nas capas de revistas, nas novelas, nos filmes. Consequentemente,
42 maiores são os números de cirurgias plásticas realizadas pelas mulheres.

43 E eu te pergunto: para agradar a quem? Quem estamos procurando
44 agradar nesta busca por um corpo perfeito? Parecemos querer agradar a todos
45 menos a nós ou incomodar a todos, gerar um sentimento de inveja e incômodo
46 em quem não conseguiu passar por todas as etapas da felicidade futura.

47 Tenho 40 anos e zero medo de dizer que não aprendi a viver de maneira
48 saudável com a minha aparência. Continuo com meu cérebro programado para
49 esperar o momento certo de acionar o botão felicidade, a tal felicidade futura.
50 Quando eu pesar 69 quilos, tiver dinheiro para comprar toda a coleção de roupas
51 da Ivy Park, dirigir um Land Rover e minha peruca de cabelo 100% humano

52 balançando como nos comerciais da L'Oréal eu serei feliz.
53 Me sinto um lixo quando percebo que não consigo valorizar todas as
54 vitórias profissionais e emocionais que tive nos últimos anos e fico à espera de
55 um corpo, um carro, uma roupa e um penteado para ser feliz. E eu sei que muitas
56 das pessoas que lerão este texto também se sentem, sejam elas mulheres ou
57 homens ou sem gênero.
58 Às vezes me dói perceber que até a Beyoncé me impulsiona a me sentir
59 ainda mais distante da felicidade. Mesmo que ela faça roupas que vistam ao meu
60 corpo tamanho 46 em eterno estado de dieta eu só a vejo perfeita, sem erros,
61 sem momentos que a distancie do padrão pré-estabelecido e imposto há anos e
62 agora impulsionado pelo instagramável. Tudo tem que ser instagramável.
63 Tem que estar bonito no Instagram para as pessoas curtirem, mandarem
64 corações, elogiarem, escrevem perfeita. Mas o que é ser perfeita? Será que
65 estamos sendo reais ou meras marionetes a alimentar o bolso de meia dúzia de
66 homens brancos bilionários que estão determinando o momento em que eu serei
67 feliz, e este momento nunca é agora é sempre amanhã quando eu comprar a
68 roupa y, fizer a cirurgia x e dirigir o carro h?
69 Eu queria terminar este texto com uma receita mágica do que fazer pra
70 sair deste sentimento pesado de infelicidade do agora em busca da felicidade do
71 amanhã que eu nem sei se existe, mas eu não tenho essa receita. Eu só sei dizer
72 que você é linda do jeito que você é. Mesmo que não existam referências, faça
73 do seu reflexo no espelho a sua própria referência e vá em busca de ser feliz
74 agora.

Cristiane Guterres

Disponível em <https://www.uol.com.br/universa/colunas/cris-guterres/2022/01/05/felicidade-x-ideal-de-beleza-o-conceito-que-aprisona-geracoes-de-mulheres.htm>

Acessado em 5/01/2022

Texto adaptado

* *Beauty wash*: banho de beleza

** *Extreme makeover*: programa do tipo *reality show* que consiste em reformar as residências dos participantes

01 A palavra grifada relaciona um objeto indireto ao verbo em

- (A) *Há algum tempo venho percebendo o quanto eu aprendi durante a minha adolescência que para atingir a felicidade precisava eu sempre ser mais magra, mais bonita, mais popular* (linhas 14 a 16).
(B) *Quase todos eles mostravam garotas que pra alcançar o sucesso se submetiam a mudanças físicas e de comportamento* (linhas 20 a 22).
(C) *Continuo com meu cérebro programado para esperar o momento certo de acionar o botão felicidade, a tal felicidade futura* (linhas 48 e 49).
(D) *Mesmo que ela faça roupas que vistam ao meu corpo tamanho 46 em eterno estado de dieta eu só a vejo perfeita, sem erros, sem momentos que a distancie do padrão pré-estabelecido e imposto há anos e agora impulsionado pelo instagramável* (linhas 59 a 62).
(E) *Será que estamos sendo reais ou meras marionetes a alimentar o bolso de meia dúzia de homens brancos bilionários que estão determinando o momento em que eu serei feliz, e este momento nunca é agora é sempre amanhã quando eu comprar a roupa y, fizer a cirurgia x e dirigir o carro h?* (linhas 64 a 68).

02 De acordo com a norma, em *Me sinto um lixo quando percebo que não consigo valorizar todas as vitórias profissionais e emocionais que tive nos últimos anos e fico à espera de um corpo, um carro, uma roupa e um penteado para ser feliz* (linhas 53 a 55), foi desobedecida uma regra de

- (A) regência verbal.
(B) concordância nominal.
(C) pontuação.
(D) acentuação.
(E) colocação pronominal.

03 Em *Quanto maiores os nossos avanços na ocupação de espaços para os quais fomos historicamente excluídas, maiores são as exigências de beleza expostas nas capas de revistas, nas novelas, nos filmes* (linhas 39 a 41), a autora empregou inadequadamente um/uma

- (A) verbo.
- (B) pronome.
- (C) adjetivo.
- (D) advérbio.
- (E) preposição.

04 De acordo com a norma, o pronome sublinhado deve estar, obrigatoriamente, em próclise no enunciado

- (A) *Quase todos eles mostravam garotas que pra alcançar o sucesso se submetiam a mudanças físicas e de comportamento* (linhas 20 a 22).
- (B) *Tiravam os óculos, o aparelho ortodôntico, mudavam as roupas, os cabelos e perdiam alguns quilos para se sentirem realizadas e felizes* (linhas 22 a 24).
- (C) *Você se reconstrói, se transforma e encontra aquele boy lindo dos sonhos, conquista o emprego desejado, se torna uma das pessoas mais populares do seu grupo* (linhas 28 a 30).
- (D) *Você se reconstrói, se transforma e encontra aquele boy lindo dos sonhos, conquista o emprego desejado, se torna uma das pessoas mais populares do seu grupo* (linhas 28 a 30).
- (E) *E eu sei que muitas das pessoas que lerão este texto também se sentem, sejam elas mulheres ou homens ou sem gênero* (linhas 55 a 57).

05 O ponto que separa os dois enunciados foi empregado para produzir ênfase em

- (A) *Sucesso dos anos 90, não à toa, o filme transcendeu sua época e até hoje é muito comentado entre as gerações z e millennial. Mas a marca que este filme deixou no meu interior foi muito maior e devastadora do que a presença da Dionne* (linhas 11 a 14).
- (B) *Se puder criar um termo aqui e agora eu diria que nós, adolescentes dos anos 90, vivemos uma agressiva beauty wash* durante a Sessão da Tarde. Não só o filme das patricinhas, mas a maioria dos filmes que assistimos contribuiu para ferrar com o conceito que temos sobre o nosso corpo* (linhas 17 a 20).
- (C) *Isso fez com que uma geração de mulheres aprendesse que felicidade só se alcança quando atingimos um determinado ideal de beleza. É como se existisse um passaporte pela felicidade e ele fosse um extreme makeover*** (linhas 25 a 27).
- (D) *Quanto maiores os nossos avanços na ocupação de espaços para os quais fomos historicamente excluídas, maiores são as exigências de beleza expostas nas capas de revistas, nas novelas, nos filmes. Consequentemente, maiores são os números de cirurgias plásticas realizadas pelas mulheres* (linhas 39 a 42).
- (E) *Eu queria terminar este texto com uma receita mágica do que fazer pra sair deste sentimento pesado de infelicidade do agora em busca da felicidade do amanhã que eu nem sei se existe, mas eu não tenho essa receita. Eu só sei dizer que você é linda do jeito que você é* (linhas 69 a 72).

06 O referente do pronome grifado está corretamente indicado em

- (A) *O ápice daquela época, pra mim, foi conhecê-la* (linhas 3 e 4) – Stacey Dash.
- (B) *Eu tinha 14 anos e era a primeira vez que via uma jovem negra de tranças na TV interpretando uma adolescente como as jovens brancas que eu assistia nos filmes da Sessão da Tarde: linda, sem problemas financeiros e que namorava* (linhas 6 a 9) - TV.
- (C) *Se puder criar um termo aqui e agora eu diria que nós, adolescentes dos anos 90, vivemos uma agressiva beauty wash* durante a Sessão da Tarde* (linhas 17 e 18) – mulheres.
- (D) *Tiravam os óculos, o aparelho ortodôntico, mudavam as roupas, os cabelos e perdiam alguns quilos para se sentirem realizadas e felizes* (linhas 22 a 24) - mulheres.
- (E) *Mesmo que ela faça roupas que vistam ao meu corpo tamanho 46 em eterno estado de dieta eu só a vejo perfeita, sem erros, sem momentos que a distancie do padrão pré-estabelecido e imposto há anos e agora impulsionado pelo instagramável* (linhas 59 a 62) – Dionne.

07 Uma regra de regência verbal não foi observada em

- (A) *Devo ter assistido mais de cem vezes, cheguei até a decorar as falas das personagens e principalmente da Dionne* (linhas 2 e 3).
- (B) *Uma menina negra vivenciando o amor era algo que, aos 14 anos, eu nunca havia visto na TV ou na vida real* (linhas 9 e 10).
- (C) *Porque com o passar dos anos nós descobrimos que muitos dos boys eram tóxicos e que nem todas as garotas queriam conquistar homens, mas elas também amavam mulheres* (linhas 31 a 33).
- (D) *Mesmo que ela faça roupas que vistam ao meu corpo tamanho 46 em eterno estado de dieta eu só a vejo perfeita, sem erros, sem momentos que a distancie do padrão pré-estabelecido e imposto há anos e agora impulsionado pelo instagramável* (linhas 59 a 62).
- (E) *Eu queria terminar este texto com uma receita mágica do que fazer pra sair deste sentimento pesado de infelicidade do agora em busca da felicidade do amanhã que eu nem sei se existe, mas eu não tenho essa receita* (linhas 69 a 71).

08 São acentuadas pelo mesmo motivo as palavras

- (A) *época, óculos e aparência.*
- (B) *só, Beyoncé e será.*
- (C) *adolescência, bibionários e referência.*
- (D) *reconstrói, através e também.*
- (E) *excluídas, vitórias e dúzias.*

09 A autora não observou a concordância em

- (A) *Devo ter assistido mais de cem vezes, cheguei até a decorar as falas das personagens e principalmente da Dionne* (linhas 2 e 3).
- (B) *Porque com o passar dos anos nós descobrimos que muitos dos boys eram tóxicos e que nem todas as garotas queriam conquistar homens, mas elas também amavam mulheres* (linhas 31 a 33).
- (C) *Quando eu pesar 69 quilos, tiver dinheiro para comprar toda a coleção de roupas da Ivy Park, dirigir um Land Rover e minha peruca de cabelo 100% humano balançando como nos comerciais da L'Oréal eu serei feliz* (linhas 50 a 52).
- (D) *Mesmo que ela faça roupas que vistam ao meu corpo tamanho 46 em eterno estado de dieta eu só a vejo perfeita, sem erros, sem momentos que a distancie do padrão pré-estabelecido e imposto há anos e agora impulsionado pelo instagramável* (linhas 59 a 62).
- (E) *Eu queria terminar este texto com uma receita mágica do que fazer pra sair deste sentimento pesado de infelicidade do agora em busca da felicidade do amanhã que eu nem sei se existe, mas eu não tenho essa receita* (linhas 69 a 71).

10 Em *Será que estamos sendo reais ou meras marionetes a alimentar o bolso de meia dúzia de homens brancos bilionários que estão determinando o momento em que eu serei feliz, e este momento nunca é agora é sempre amanhã quando eu comprar a roupa y, fizer a cirurgia x e dirigir o carro h?* (linhas 64 a 68), foi suprimido(a) um(a)

- (A) vírgula.
- (B) verbo.
- (C) acento.
- (D) preposição.
- (E) artigo.

11 Por meio de seu texto, a autora critica

- (A) o senso comum.
- (B) a indústria cultural.
- (C) os padrões sociais.
- (D) as opiniões genéricas.
- (E) o ideal conservador.

- 12 A autora do texto apreciava, na adolescência, o filme "As Patricinhas de Beverly Hills" porque este retratava uma personagem negra que
- (A) vivia como qualquer jovem.
 - (B) era uma atriz bonita e rica.
 - (C) se realizou após mudar a aparência.
 - (D) representava um ideal de felicidade.
 - (E) descobria o amor aos 14 anos.
- 13 Para Cristiane Guterres, o filme "As Patricinhas de Beverly Hills"
- (A) ensinou-lhe valores importantes.
 - (B) permitiu-lhe a realização de sonhos.
 - (C) despertou-lhe sentimentos dolorosos.
 - (D) ajudou-a a aceitar sua aparência.
 - (E) fez-lhe sair do estado de inércia.
- 14 De acordo com o texto, as mulheres
- (A) não se interessam mais em conquistar o homem dos sonhos.
 - (B) precisam da aprovação de outras pessoas para se respeitar.
 - (C) buscam atingir um ideal que a sociedade não valoriza.
 - (D) não dependem da popularidade para se sentirem bonitas.
 - (E) podem se realizar profissionalmente com o próprio empenho.
- 15 Com o enunciado *Mesmo que não existam referências, faça do seu reflexo no espelho a sua própria referência e vá em busca de ser feliz agora* (linhas 72 a 74), a autora do texto deixa às mulheres a seguinte mensagem:
- (A) respeite seu corpo como ele é.
 - (B) busque a felicidade aceitando-se.
 - (C) encare suas características físicas.
 - (D) seja feliz apesar de seus defeitos.
 - (E) acredite que você é perfeita.
- 16 Do enunciado *É como se existisse um passaporte pela felicidade e ele fosse um extreme makeover*** (linhas 26 e 27) é correto compreender que a felicidade é
- (A) o destino da pessoa que detém o passaporte.
 - (B) a função do passaporte na vida de quem o possui.
 - (C) a justificativa para a obtenção do passaporte.
 - (D) a razão para se almejar o passaporte.
 - (E) a origem do desejo de ter o passaporte.
- 17 Em *Sucesso dos anos 90, não à toa, o filme transcendeu sua época e até hoje é muito comentado entre as gerações z e millennial* (linhas 11 e 12), o verbo *transcender* é sinônimo de
- (A) ultrapassar.
 - (B) valorizar.
 - (C) salientar.
 - (D) exceder.
 - (E) destacar.

RASCUNHO

18 Do enunciado *Me sinto um lixo quando percebo que não consigo valorizar todas as vitórias profissionais e emocionais que tive nos últimos anos e fico à espera de um corpo, um carro, uma roupa e um penteado para ser feliz. E eu sei que muitas das pessoas que lerão este texto também se sentem, sejam elas mulheres ou homens ou sem gênero.* (linhas 53 a 57), entende-se que é comum

- (A) a supervalorização de bens materiais.
- (B) a frustração diante de exigências do mercado.
- (C) o sentimento de insatisfação sexual.
- (D) a busca daquilo que ainda não se conquistou.
- (E) o descontentamento com o próprio corpo.

19 Para a autora, é *instagramável* (linha 62) o que

- (A) agrada aos usuários do Instagram.
- (B) está de acordo com os padrões.
- (C) é objeto da admiração geral.
- (D) se permite publicar na internet.
- (E) todos consideram unanimidade.

20 Uma regra de regência foi desobedecida em

- (A) *Eu tinha 14 anos e era a primeira vez que via uma jovem negra de tranças na TV interpretando uma adolescente como as jovens brancas que eu assistia nos filmes da Sessão da Tarde: linda, sem problemas financeiros e que namorava* (linhas 6 a 9).
- (B) *Sucesso dos anos 90, não à toa, o filme transcendeu sua época e até hoje é muito comentado entre as gerações z e millennial* (linhas 11 e 12).
- (C) *Não só o filme das patricinhas, mas a maioria dos filmes que assistimos contribuiu para ferrar com o conceito que temos sobre o nosso corpo* (linhas 18 a 20).
- (D) *Você se reconstrói, se transforma e encontra aquele boy lindo dos sonhos, conquista o emprego desejado, se torna uma das pessoas mais populares do seu grupo* (linhas 28 a 30).
- (E) *Mesmo que não existam referências, faça do seu reflexo no espelho a sua própria referência e vá em busca de ser feliz agora* (linhas 72 a 74).

MATEMÁTICA FINANCEIRA E ESTATÍSTICA

21 Um cidadão pretende resgatar uma nota promissória alguns meses antes de sua data de vencimento. Ele sabe que a taxa de desconto oferecida é de periodicidade mensal, mas desconhece se o cálculo do desconto é realizado segundo critérios de desconto simples ou composto e se se tratará de desconto racional ou comercial. Interessado em obter o maior desconto possível, precisa saber qual desses critérios conduz ao maior desconto. Se denotarmos por D_{RacSim} , D_{ComSim} , $D_{RacComp}$ e $D_{ComComp}$, os valores dos descontos *racional simples*, *comercial simples*, *racional composto* e *comercial composto*, respectivamente, que incidirão sobre o valor nominal da promissória, é correto afirmar que a relação de ordem entre eles é dada por

- (A) $D_{RacSim} < D_{RacComp} < D_{ComSim} < D_{ComComp}$
- (B) $D_{RacSim} < D_{ComSim} < D_{ComComp} < D_{RacComp}$
- (C) $D_{RacSim} < D_{RacComp} < D_{ComComp} < D_{ComSim}$
- (D) $D_{RacSim} < D_{ComComp} < D_{RacComp} < D_{ComSim}$
- (E) $D_{ComSim} < D_{ComComp} < D_{RacSim} < D_{RacComp}$

22 Uma dívida no valor de R\$100.000,00 foi contraída a ser paga no Sistema de Amortização Constante em 200 parcelas mensais. Sabendo que, neste financiamento, a 141ª parcela será de R\$950,00, é correto afirmar que a taxa de juros utilizada foi de

- (A) 0,5% a.m.
- (B) 1,0% a.m.
- (C) 1,5% a.m.
- (D) 2,0% a.m.
- (E) 2,5% a.m.

23 Um financiamento de R\$10.000,00 foi realizado para ser amortizado pelo Sistema Francês, a juros de 2% ao mês. Sabendo que o valor de cada parcela será de R\$400,00, é correto deduzir que o **número de parcelas** mensais a serem pagas para quitação do financiamento é

(Considere: $\log_{10} 2 = 0,3010$, $\log_{10} 102 = 2,0086$)

- (A) 29.
- (B) 31.
- (C) 33.
- (D) 35.
- (E) 38.

24 Ao procurar fazer um financiamento de R\$50.000,00, para pagamento em 100 parcelas mensais, a juros de 3% ao mês, uma pessoa foi informada de que, pelo sistema PRICE, o valor da parcela seria de R\$1.582,33. No entanto, preocupado em pagar menos juros pelo financiamento, a pessoa acabou optando pelo *Sistema Misto* de amortização. Nestas condições, o valor da **quinta parcela** a ser pago será de

- (A) R\$ 1.613,67.
- (B) R\$ 1.673,17.
- (C) R\$ 1.697,67.
- (D) R\$ 1.735,67.
- (E) R\$ 1.761,17.

RASCUNHO

25 Ao procurar um financiamento de R\$600.000,00 para aquisição de um imóvel, um cidadão recebeu duas propostas de uma instituição financeira, ambas utilizando o *Sistema de Amortização Constante* (SAC), com prazo de 25 anos e com as taxas de juros compostas por duas parcelas: uma pré-fixada e outra variável, de acordo com a política de juros do Governo. Na **Proposta 1**, os juros mensais cobrados seriam a soma de uma parcela pré-fixada de **0,5%** e de uma variável, correspondente à **taxa SELIC** vigente, e que, à época da contratação, era **0,15%**. Na **Proposta 2**, os juros mensais também seriam compostos por uma parcela pré-fixada de **0,8%** e pelo valor vigente da **TR**, que, à época da contratação, era mantida em **0%** pelo Governo. Com estas taxas estabelecidas, a primeira parcela a ser paga na primeira proposta seria de **R\$5.900,00**, enquanto que, na segunda proposta, seria de **R\$6.800,00**, o que apontaria em favor da Proposta 1. Preocupado com as variações que SELIC e TR poderiam sofrer no futuro, com consequente impacto sobre as prestações, a pessoa obteve a informação de que havia uma expectativa de aumento significativo da SELIC nos próximos dois anos e de manutenção da TR em 0%, o que o fez optar pela Proposta 2. Exatamente **10 meses** depois do início do financiamento, o Banco Central ainda mantinha a **TR em 0%**, mas a **SELIC já marcava 0,7% a.m.** Nestas condições, os valores das **décimas-primeiras parcelas** na Proposta 1 e na Proposta 2 seriam, respectivamente,

- (A) R\$ 8.960,00 e R\$ 6.640,00.
- (B) R\$ 7.820,00 e R\$ 6.480,00.
- (C) R\$ 8.960,00 e R\$ 6.480,00.
- (D) R\$ 7.820,00 e R\$ 6.640,00.
- (E) R\$ 9.200,00 e R\$ 6.800,00.

26 Uma oportunidade de investimento assegura, para cada **R\$1,00** investido inicialmente, um retorno de **R\$1,46 após dois anos** e uma compensação final de **R\$0,98, após o quarto ano**. Para uma correta avaliação de interesse, é importante saber a *Taxa Interna de Retorno* do investimento, que, neste caso específico, é igual a

- (A) 30% a.a.
- (B) 35% a.a.
- (C) 40% a.a.
- (D) 60% a.a.
- (E) 96% a.a.

27 Um investimento com duração de três anos promete, para um investimento inicial de R\$100.000,00, rendimentos ao final de cada um dos três anos da seguinte forma: R\$40.000,00 ao final do primeiro ano; um rendimento variável ao final do segundo ano; e um rendimento de R\$60.000,00 ao final do terceiro ano. Tal investimento só será atrativo ao investidor se apresentar uma *Taxa Interna de Retorno* de ao menos 20% a.a. Para que isto ocorra, o **rendimento mínimo** que o negócio deverá propiciar ao final do segundo ano será de

- (A) R\$ 52.000,00.
- (B) R\$ 50.000,00.
- (C) R\$ 48.000,00.
- (D) R\$ 46.000,00.
- (E) R\$ 44.000,00.

RASCUNHO

28 Um investimento, submetido a uma determinada taxa de juros compostos, fixa e de capitalização mensal, alcança o montante de R\$50.000,00 logo após o décimo mês de aplicação e de R\$103.680,00 assim que se completa o 14^o mês. A taxa mensal de juros da aplicação é de

- (A) 18%.
- (B) 20%.
- (C) 22%.
- (D) 24%.
- (E) 26%.

29 Um capital de R\$50.000,00 é investido a uma taxa de juros compostos de 25% ao ano. Ao mesmo tempo, um segundo investimento é iniciado com capital de R\$10.000,00 a uma taxa de juros de 28% ao ano. Acerca da evolução dos dois investimentos, é correto afirmar que o montante acumulado no segundo investimento ultrapassará o montante do primeiro investimento após a quantidade de anos que é dada pela expressão

- (A) $\frac{40000}{\log 28 - \log 25}$
- (B) $\frac{\log 5}{7 \log 2 - 3 \log 5}$
- (C) $\frac{\log 28 - \log 25}{\log 50 - \log 10}$
- (D) $\frac{5 e^{1,28}}{(e^{1,28} - e^{1,25})}$
- (E) $\frac{5 e^{1,25}}{(e^{1,28} - e^{1,25})}$

30 Uma pessoa toma um empréstimo no valor de C reais, a uma taxa de juros (compostos) mensal i e decide saldar completamente a dívida em três pagamentos, após 30, 60 e 90 dias contados a partir da data do empréstimo, de forma que o segundo e o terceiro pagamentos sejam, em valores nominais, respectivamente, o dobro e o triplo do valor do primeiro pagamento. Nessas condições, o valor a ser pago no primeiro pagamento será dado pela expressão

- (A) $\frac{C(1+i)^3}{(1+i)^2 + 2(1+i) + 3}$
- (B) $\frac{C(1+i)^3}{3(1+i)^2 + 2(1+i) + 1}$
- (C) $\frac{C(1+i)^3}{(1+i)^2 + (1+i) + 3}$
- (D) $\frac{3C(1+i)^3}{(1+i)^2 + (1+i)}$
- (E) $\frac{C(1+i)^3}{(1+i)^2 - 2(1+i) - 3}$

RASCUNHO

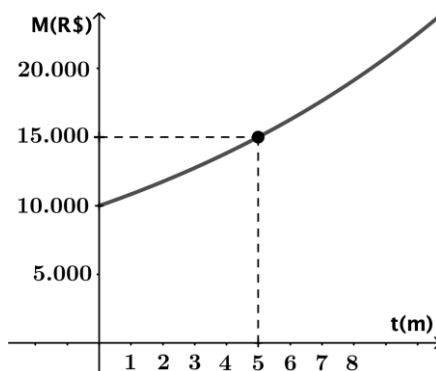
31 Uma agência bancária decide fazer empréstimos a uma taxa de juros real de 3% a.m., em regime de capitalização composta, e trabalha considerando uma inflação de 1% ao mês. Ao realizar um empréstimo de R\$10.000,00, a ser quitado em dois pagamentos de mesmo valor nominal, o primeiro se dando seis meses depois do empréstimo e o segundo após mais seis meses, o valor a ser pago em cada uma dessas parcelas é calculado corretamente através da expressão

- (A) $5000 \times 1,04^8$.
 (B) $(10000 - 5000 \times 1,04^6) \times 1,04^6$.
 (C) $(10000 - 5000 \times 1,0403^6) \times 1,0403^6$.
 (D) $\frac{10000 \times 1,0403^{12}}{1+1,0403^6}$.
 (E) $\frac{10000 \times 1,04^{12}}{1+1,04^6}$.

32 Um investidor possui três títulos de notas promissórias, nos valores de R\$10.000,00, R\$20.000,00 e R\$30.000,00, com vencimentos em 6, 12 e 18 meses, respectivamente. Recebeu uma oferta de R\$45.000,00 pelo resgate imediato das três notas promissórias. Considerando o regime de capitalização composta e juros reais de 1% ao mês, caso aceite a oferta, o valor percentual do abatimento concedido sobre o valor atual do total das notas promissórias poderá ser calculado pela expressão matemática

- (A) $(10000 \times 0,94 + 20000 \times 0,88 + 30000 \times 0,82) - 45000$
 (B) $\frac{45000}{\frac{10000}{1,01^6} + \frac{20000}{1,01^{12}} + \frac{30000}{1,01^{18}}}$
 (C) $\frac{(10000 \times 0,94 + 20000 \times 0,88 + 30000 \times 0,82) - 45000}{45000}$
 (D) $1 - \frac{45000}{10000 \times 0,99^6 + 20000 \times 0,99^{12} + 30000 \times 0,99^{18}}$
 (E) $1 - \frac{9 \times 1,01^{18}}{2 \times 1,01^{12} + 4 \times 1,01^6 + 6}$

33 O gráfico abaixo apresenta a evolução do montante **M** de uma aplicação (em reais) em função do tempo **t** (em meses), em regime de capitalização contínua.



A taxa de juros mensal, em regime de capitalização contínua, que remunera esta aplicação é, aproximadamente, igual a

(Considere: $\ln 2 = 0,69$, $\ln 3 = 1,10$ e $\ln 5 = 1,61$)

- (A) 7,7% a.m.
 (B) 8,2% a.m.
 (C) 9,1% a.m.
 (D) 10,0% a.m.
 (E) 13,7% a.m.

34 Um capital foi aplicado a uma certa taxa anual, com capitalização contínua. Após **quatro meses**, a aplicação atingiu um montante **X** e, **após seis meses**, um valor **Y**. O valor do capital inicialmente aplicado é bem determinado pela expressão

(A) $\frac{X^3}{Y^2}$

(B) $\frac{X \times e^{1/3}}{Y \times e^{1/2}}$

(C) $\frac{X \times e^{1/2}}{Y \times e^{1/3}}$

(D) $\frac{3 \times \ln X}{2 \times \ln Y}$

(E) $\frac{\sqrt[3]{\ln X}}{\sqrt[2]{\ln Y}}$

35 Um cidadão dispõe de uma nota promissória em seu favor no valor de R\$10.000,00, a vencer em quatro meses. Acreditando necessitar de dinheiro urgentemente, decide vender a nota a uma agência de crédito, que a compra com um desconto comercial (simples) de 2% a.m. No entanto, logo em seguida descobre que não havia necessidade do valor percebido na negociação e decide aplicar imediatamente o dinheiro obtido a uma mesma taxa de juros (compostos) de 2% a.m. Ao final do quarto mês, na data em que venceria a nota promissória, o valor do montante da aplicação será cerca de

(A) R\$ 9.937,00.

(B) R\$ 9.958,00.

(C) R\$ 9.984,00.

(D) R\$ 10.000,00.

(E) R\$ 10.042,00.

RASCUNHO

36 Uma empresa provedora de internet banda larga, licenciada pela Anatel, atende a dois municípios – Alfa (A) e Beta (B) – do interior do Estado do Pará. Após um determinado período, a empresa quer comparar a taxa de reclamações sobre seus serviços. Para tal, faz-se uma pesquisa, selecionando-se aleatoriamente 120 clientes no município Alfa, identificando 18 deles com algum tipo de reclamação, e 100 clientes no município Beta, 12 deles com algum tipo de reclamação. Para saber se existe diferença significativa entre as taxas de reclamações dos clientes nos municípios, a estatística de teste é

$$(A) Z_{Obs} = \frac{P_A - P_B}{\sqrt{\frac{0,25}{n_A} - \frac{0,25}{n_B}}}$$

$$(B) Z_{Obs} = \frac{\bar{X}_A - \bar{X}_B - \mu(\bar{X}_A - \bar{X}_B)}{\sqrt{\frac{\sigma_A^2}{n_A} - \frac{\sigma_B^2}{n_B}}}$$

$$(C) Z_{Obs} = \frac{\bar{X}_A - \bar{X}_B - \mu(\bar{X}_A - \bar{X}_B)}{S \sqrt{\frac{1}{n_A} + \frac{1}{n_B}}}$$

$$(D) Z_{Obs} = \frac{P_A - P_B}{\sqrt{\frac{P_A(1-P_A)}{n_A} - \frac{P_B(1-P_B)}{n_B}}}$$

$$(E) Z_{Obs} = \frac{P_A - P_B}{\sqrt{\frac{P_A(1-P_A)}{n_A} + \frac{P_B(1-P_B)}{n_B}}}$$

37 Para uma amostra aleatória considerada grande, com variância σ^2 conhecida, um intervalo de confiança para μ , com 95% de confiança é dada por

$$(A) \bar{X} - Z_{(\alpha/2)} \times \frac{\sigma}{n} \leq \mu \leq \bar{X} + Z_{(\alpha/2)} \times \frac{\sigma}{n}$$

$$(B) \bar{X} - Z_{(\alpha/2)} \times \frac{\sigma}{\sqrt{n}} \leq \mu \leq \bar{X} + Z_{(\alpha/2)} \times \frac{\sigma}{\sqrt{n}}$$

$$(C) \bar{X} - Z_{(1-\alpha)} \times \frac{\sigma^2}{\sqrt{n}} \leq \mu \leq \bar{X} + Z_{(1-\alpha)} \times \frac{\sigma^2}{\sqrt{n}}$$

$$(D) \bar{X} - Z_{(1-\alpha/2)} \times \frac{\sigma}{\sqrt{n}} \leq \mu \leq \bar{X} + Z_{(1-\alpha/2)} \times \frac{\sigma}{\sqrt{n}}$$

$$(E) \bar{X} - Z_{(1-\alpha/2)} \times \frac{\sigma^2}{n} \leq \mu \leq \bar{X} + Z_{(1-\alpha/2)} \times \frac{\sigma^2}{n}$$

RASCUNHO

38 Foi aplicada uma avaliação, ao mesmo tempo, para duas turmas de estatística. Na avaliação, constavam 15 questões objetivas com 5 alternativas, sendo apenas uma correta. Dos 80 alunos que realizaram a avaliação, 50 estudavam no turno matutino e 30, no vespertino. A tabela a seguir apresenta o número de acertos das duas turmas.

Nº de Acertos	Matutino	Vespertino	Total
0 — 3	2	1	3
3 — 6	3	3	6
6 — 9	6	4	10
9 — 12	25	15	40
12 — 15	11	5	16
15	3	2	5
Total	50	30	80

Selecionando-se aleatoriamente uma avaliação, a probabilidade de ter menos de 6 acertos ou, no mínimo, 12 acertos é igual a

- (A) 0,1150.
- (B) 0,3750.
- (C) 0,3900.
- (D) 0,5000.
- (E) 0,6250.

39 Considere um modelo de regressão linear simples $Y_i = \beta_0 + \beta_1 X_i + \epsilon_i$, para $i = 1, 2, \dots, n$. Neste caso,

- (A) X_i é o valor da variável resposta para a i -ésima observação.
- (B) as respostas Y_i são variáveis aleatórias independentes e identicamente distribuídas com $E(Y_i) = 0$ e variâncias σ_i^2 .
- (C) Y_i é denominada variável regressora, explicativa ou independente; considerada variável controlada pelo pesquisador e medida com erro desprezível.
- (D) X_i é a variável aleatória com distribuição de probabilidade com média $E(X_i) = 0$ e variância constante σ^2 e não correlacionada com qualquer outro X_j .
- (E) as respostas Y_i são provenientes de uma distribuição de probabilidades com média $\beta_0 + \beta_1 X_i$ e variância σ^2 , para todos os valores de X_i . Além do mais, Y_i e Y_j são não correlacionadas, para quaisquer $i, j = 1, 2, \dots, n$ e $i \neq j$.

40 Um pesquisador pretende identificar o nível de práticas de sustentabilidade adotada, pelos docentes e discentes, em determinada instituição de ensino público. Suponha que em 2020 havia 3.500 docentes e estavam matriculados 46.500 alunos, sendo 30.500 nos cursos de graduação, 9.500 na pós-graduação e 6.500 em outros (cursos livres e outros). Para uma amostra aleatória estratificada proporcional deste contingente, de tamanho igual a 400, o número de discentes da pós-graduação será igual a

- (A) 19.
- (B) 52.
- (C) 76.
- (D) 122.
- (E) 128.

RASCUNHO

ADMINISTRAÇÃO E ÉTICA NA GESTÃO PÚBLICA

41 A ética pode ser considerada como uma parte importante e antiga da filosofia que sofreu diversas abordagens ao longo dos séculos. Sobre os conceitos e os aspectos históricos da ética, analise as seguintes afirmações.

- I. A ética estuda acerca da conduta humana para com a humanidade.
- II. Bentham e Stuart Mill são filósofos da ética clássica e, em seus estudos, buscaram entender a interioridade do homem para descobrir a fonte pessoal da moralidade.
- III. O filósofo Immanuel Kant, em sua obra lições de ética, apresenta o conceito do Imperativo Categórico, o qual defende que a ética é um dever moral que atinge a todos e não deve ser desobedecido independentemente das circunstâncias.
- IV. Na Teoria da Justiça de Aristóteles, ética e política são noções que se complementam, pois ambas são necessárias para assegurar a felicidade dos indivíduos.
- V. O existencialismo, o pragmatismo e o utilitarismo são correntes da ética contemporânea.

Estão corretos os itens

- (A) I, III e IV apenas.
(B) I, II e V.
(C) II, III, IV e V.
(D) II e V apenas.
(E) I, III, IV e V.

42 Segundo Cotrim (2002), pode-se definir ética organizacional como o conjunto de princípios, valores e normas que regula o comportamento das atividades da organização do ponto de vista do bem e do mal. Sobre os valores éticos, analise as seguintes afirmativas.

- I. São indicadores do grau de atendimento aos princípios éticos.
- II. A prática constante de respeito aos valores éticos conduz as pessoas a um ambiente livre de qualquer conflito.
- III. As organizações públicas devem promover os valores éticos que mais serão úteis a elas, mantendo um ambiente moralmente sadio e promovendo as virtudes de seus servidores.
- IV. Os valores éticos de uma organização pública são fundamentais para a definição das normas comportamentais de seus servidores, tanto quanto as necessidades operacionais.
- V. Um valor ético referente à segurança do trabalhador tem relação com o princípio ético da solidariedade.

Estão corretos os itens

- (A) II e IV apenas.
(B) I, III e V apenas.
(C) II, IV e V.
(D) I, III, IV e V.
(E) III, IV e V apenas.

RASCUNHO

43 O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal também é base para a construção dos códigos de ética das administrações estaduais e municipais e versam sobre a ética no exercício da função pública. Sobre a ética no serviço público, analise as seguintes afirmativas.

- I. Uma vez verificada a legalidade de um ato administrativo, o servidor público pode concluir que o seu objetivo respeita o elemento ético de sua conduta.
- II. Um objetivo essencial da ética no serviço público é orientar a relação entre o servidor e seus usuários.
- III. Um ato de improbidade pode gerar, ao servidor, a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.
- IV. O servidor apenas pode omitir ou falsear a verdade no exercício do serviço público, quando for de interesse expresso da Administração Pública.
- V. O servidor deve prestar toda a sua atenção incondicionalmente às ordens de seus superiores, velando atentamente por seu cumprimento.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I, II e III.
- (B) IV e V apenas.
- (C) II, III e V.
- (D) II e III apenas.
- (E) I, IV e V.

44 É uma premissa da conduta ética na função pública

- (A) servir sempre aos gestores públicos, mesmo que isso implique o tratamento descortês aos seus colegas e/ou aos cidadãos.
- (B) priorizar o bom atendimento aos cidadãos que mais contribuem com a arrecadação de tributos e impostos.
- (C) publicizar quaisquer atos administrativos, salvo os casos de segurança funcional, investigação policiais ou interesse superior do Estado e da Administração Pública.
- (D) Permitir à pessoa a espera de solução que compete ao setor em que exerça suas funções e a formação de longas filas sempre que as tarefas internas ao mesmo setor estejam em atraso.
- (E) justificar a ausência em seu local de trabalho sempre que considerar necessário para o bom funcionamento do serviço público prestado.

45 O *accountability* na gestão pública sugere as formas de prestação de contas na administração pública. O *accountable* é aquele que responde ou presta contas pelo que acontece. Há três tipos de *accountability*. O que corresponde a um instrumento relacionado ao *accountability* vertical é a(o)

- (A) ação dos Tribunais de Contas.
- (B) consulta plebiscitária.
- (C) fiscalização orçamentária por parlamentares.
- (D) controle realizado por Organizações da Sociedade Civil.
- (E) controle por agências reguladoras.

RASCUNHO

46 O Estado brasileiro passou por uma série de reformas administrativas. Isso se deu, principalmente, pela necessidade de atender novas demandas da sociedade, ou seja, aumentar a eficiência do serviço público, que é um dos princípios da Administração Pública. Sobre as principais reformas administrativas ocorridas no Brasil, analise as afirmativas abaixo.

I. Na reforma administrativa de 1967, o Decreto-Lei Nº 200, reforçou a descentralização dos serviços da Administração Federal para as Unidades Federadas, mediante convênios, e para a iniciativa privada, mediante contratos e concessões.

II. A reforma de 1995, buscando seguir os princípios da Nova Gestão Pública, tornou ainda mais restritas as possibilidades de parceria com organizações privadas sem fins lucrativos, com o objetivo de reduzir casos de corrupção e desvios de verbas públicas.

III. A reforma administrativa de 1930 teve como principal contribuição a reforma da administração do pessoal do serviço público, estabelecendo medidas como igualdade de oportunidades para ingresso no serviço público e padronização da classificação de cargos e salários.

IV. Foi na reforma administrativa de 1995 que ocorreram transformações de autarquias e fundações que exerciam atividades exclusivas do Estado em agências autônomas. Por exemplo, o Departamento Nacional de Águas e Energia – DNAE que se tornou, nesta ocasião, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

V. Entre as iniciativas, ocorridas a partir 1995 para realizar a reforma do Estado, destaca-se o início das privatizações no Brasil, tendo como seu primeiro processo efetivado a privatização da empresa Vale do Rio Doce.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I, II e IV.
- (B) II, IV e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e V.
- (E) III, IV e V.

47 Diversos são os modelos de gestão pública já adotados pelo Estado brasileiro, desenvolvidos com inspiração na expansão das empresas e suas experiências. Na década de 30, começava a surgir o modelo burocrático como modelo de gestão pública brasileiro. Entre as críticas apontadas a este modelo de gestão, considere as seguintes afirmativas.

I. Viabilizou a divisão social do trabalho e a racionalidade técnica, que tornaram mais demorada a obtenção dos resultados.

II. Não considera a ocorrência de perturbações nos procedimentos, uma vez que é baseado na estabilidade e previsibilidade dos processos.

III. Facilitou os eventos de corrupção por funcionários públicos por deixar os processos menos transparentes.

IV. Gerou uma observância acrítica às normas e aos regulamentos pelos servidores das organizações públicas.

V. Pressupõe uma forte pressão sobre os funcionários, baseada no controle dos processos.

Estão corretas as afirmativas

- (A) II, IV e V.
- (B) I, II e III.
- (C) I e V.
- (D) II e IV apenas.
- (E) I e III apenas.

RASCUNHO

48 O Estado tem a obrigação de fornecer aos seus cidadãos os serviços públicos. No entanto, ao Estado cabe a decisão de descentralizar parte da execução desses serviços a organizações da sociedade civil. Uma das formas de descentralizar a execução de serviços públicos é por meio do regime de parceria. Sobre o regime de parceria, analise as seguintes afirmativas.

I. O regime de parceria é apenas uma das duas formas existentes de descentralização de serviços públicos, a outra é a delegação legal.

II. O regime de parceria é uma forma direta de execução dos serviços públicos.

III. Para acessar o regime de parceria, uma organização sem fim lucrativo precisa ser qualificada como Organização Social (OS) e/ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

IV. O tipo de regime de parceria que uma organização sem fim lucrativo, qualificada como Organização Social (OS), se enquadra é o Regime de Contrato de Gestão.

V. Uma organização sem fim lucrativo qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) estará habilitada a receber recursos financeiros e administrar bens, equipamentos, e pessoal do Estado.

Estão corretas as afirmativas

(A) III e IV apenas.

(B) I, II e V.

(C) III e V.

(D) I e IV.

(E) II, III e IV.

49 As políticas públicas são diretrizes construídas com o objetivo de tratar problemas públicos. Uma política pública posta em prática requer a avaliação efetiva de seus resultados. A avaliação das políticas públicas se realiza pela análise de indicadores que seguem critérios pré-estabelecidos. É considerado um indicador de equidade

(A) o número de turistas adicionais, em relação ao ano anterior por milhão de reais investidos na recuperação das estradas vicinais.

(B) o percentual de crianças de 06 a 13 anos habitantes da zona rural matriculadas na educação básica.

(C) a proporção entre o número de mulheres atendidas e o número de mulheres-alvo para a política pública.

(D) o percentual da população que recebeu duas doses da vacina para covid-19.

(E) a proporção entre o número de acidentes ocorridos no ano atual e o número de acidentes ocorridos no ano anterior.

50 Uma forma de avaliar a eficiência de um processo no serviço público é através da análise de indicadores de produtividade. Os itens abaixo apresentam os seguintes indicadores utilizados na avaliação de políticas públicas:

I. quantidade de alunos atendidos por professor na rede pública municipal.

II. número de jovens de 18 a 24 anos empregados.

III. valor do PIB por número de pessoas empregadas.

IV. custo médio do consumo de combustíveis.

V. % de crianças atendidas que atingiram a meta de peso.

São considerados indicadores de produtividade aqueles apontados nos itens

(A) II e IV apenas.

(B) I, III e V.

(C) I e III apenas.

(D) II, IV e V.

(E) IV e V.

51 Acerca da improbidade administrativa, seu tratamento jurisprudencial e legal introduzido pela Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021, é correto afirmar o seguinte:

- (A) Estão sujeitos às sanções os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidades públicas, excetuando-se o de entidades privadas, mesmo que recebam benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de entes públicos.
- (B) Os atos que constituem improbidades são as condutas configuradas como dolosas com fim ilícito no exercício da função ou desempenho de competências públicas.
- (C) O Estado responde, objetivamente, pelos atos culposos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, sob pena de improbidade administrativa.
- (D) Prescrevem em 30 (trinta) anos as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.
- (E) O particular, pessoa física ou jurídica, que celebra termo de cooperação com a administração pública, com transferência de recursos de origem pública, não se sujeita às sanções previstas nesta Lei.

52 A Lei n.º 5.810, de 24 de janeiro de 1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará, alterada pela Lei nº 9.230, de 24 de março de 2021, estabelece o seguinte:

- (A) A inassiduidade habitual, configurada por faltas ao serviço, sem causa justificada, por 60 (sessenta) dias, intercaladamente, no período de 12 (doze) meses, constitui hipótese de aplicação de pena de demissão.
- (B) Verificada a qualquer tempo, a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicos, a autoridade que tiver ciência de irregularidade notificará pessoa e diretamente o servidor para apresentar opção por um dos cargos, empregos ou funções em acúmulo ilegal, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação.
- (C) A apuração de abandono de cargo se dará por procedimento sumário, sendo a indicação da materialidade apurada pela juntada de prova documental precisa dos dias de falta ao serviço sem causa justificada, por período igual ou superior a 60 (sessenta) dias intercalados, no prazo de 12 (doze) meses.
- (D) Fica instituído o Termo de Ajustamento Disciplinar (TAD), no âmbito da Administração Pública Estadual, como instrumento substitutivo da penalidade de suspensão, o qual não poderá ser proposto pelo servidor.
- (E) O Termo de Ajustamento Disciplinar (TAD) poderá ser celebrado no caso de servidor que esteja em estágio probatório.

RASCUNHO

53 Conforme previsão da Lei Complementar Estadual nº 58, de 01 de agosto de 2006 e alterações, a qual estabelece o Código de direitos, garantias e obrigações do Contribuinte do Estado do Pará:

(A) É direito do contribuinte apresentar os documentos solicitados pelas autoridades competentes no prazo de sete dias úteis, contados da data da ciência do contribuinte, no caso de fiscalização em profundidade.

(B) É direito da autoridade administrativa se fazer acompanhar de força policial nas ações fiscais, apenas para efeito coativo, em estabelecimentos comerciais e industriais, sem que tenha sofrido embaraço ou desacato.

(C) Fica instituído Conselho Estadual de Defesa do Contribuinte – CODECON –, órgão de composição paritária, integrado por quatro representantes da Secretaria Executiva do Estado e da Fazenda – SEFA, dois de entidades empresariais e dois de classe, e respectivos suplentes, com atuação na defesa dos interesses dos contribuintes, na forma desta lei.

(D) É vedado à fiscalização lacrar os depósitos em que estejam livros, documentos, impressos, papéis, programas de computador e arquivos magnéticos de documentos fiscais, na hipótese de recusa da exibição por parte do contribuinte.

(E) O Conselho Estadual de Defesa do Contribuinte – CODECON – é formado por quatro representantes da Secretaria Executiva do Estado e da Fazenda – SEFA – e quatro de classe, e respectivos suplentes, com atuação na defesa dos interesses dos contribuintes, na forma desta lei.

54 O tema do poder de polícia enquanto atribuição da Administração Pública de impor restrições aos particulares tem sido levado a conhecimento do Supremo Tribunal Federal por meio de Recursos Extraordinários, o qual fixou a seguinte tese de repercussão geral sobre o tema:

(A) É inconstitucional a taxa de renovação de funcionamento e localização municipal, desde que efetivo o exercício do *poder de polícia*, demonstrado pela existência de órgão e estrutura competentes para o respectivo exercício.

(B) É inconstitucional a atribuição às guardas municipais do exercício de *poder de polícia* de trânsito, inclusive para imposição de sanções administrativas legalmente previstas.

(C) O poder de polícia administrativa está subordinado ao princípio da legalidade, mas o seu exercício depende da prévia autorização do Poder Judiciário.

(D) O Município é detentor do poder de polícia administrativa, que visa a condicionar e fiscalizar as construções e as edificações urbanas.

(E) É constitucional a delegação do *poder de polícia*, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado, integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.

55 Acerca da licitação (Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993) e de seus princípios, é correto afirmar o seguinte:

(A) A licitação destina-se a garantir, dentre outros, a observância do princípio da isonomia, razão pela qual é vedado assegurar preferência aos bens produzidos por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

(B) Em face do princípio da publicidade, a licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, inclusive quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.

(C) Para a realização de prestação de serviços de publicidade no âmbito dos Poderes da União, o princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração determina que será vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do edital ou convite e ofertar a melhor técnica.

(D) À Administração Pública é vedado realizar o julgamento e a classificação de propostas em licitação com inobservância dos critérios editalícios, o que decorre do princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

(E) A fim de atender ao princípio da promoção do desenvolvimento nacional sustentável, a Administração deve obrigar os concorrentes a apresentarem sua documentação e suas propostas em papel reciclado.

56 No âmbito das licitações, a Lei nº 10.520/2002 inaugurou, no ordenamento jurídico brasileiro, a modalidade denominada pregão, sobre a qual é correto afirmar o seguinte:

- (A) Originou-se da Medida Provisória nº 2.182/01, a qual havia instituído o pregão apenas para a União e Estados, inconstitucionalidade que apenas foi superada com a sua conversão em Lei, que não trouxe essa restrição.
- (B) Não poderá ser realizada por militares desempenhando as funções de pregoeiro e de membro da equipe de apoio no âmbito do Ministério da Defesa, em face de serem estes os responsáveis pelo recebimento de propostas e lances.
- (C) O pregão admite a exigência de garantia de proposta, dada a necessidade de resguardar a Administração Pública na execução do futuro contrato.
- (D) Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.
- (E) Uma vez declarado o vencedor, os licitantes poderão apresentar recursos no prazo de 05 (cinco) dias, mesmo prazo em que os demais deverão apresentar contra-razões.

57 Acerca da responsabilidade civil é correto afirmar que

- (A) o fato de terceiro é uma excludente de ilicitude, assim como o caso fortuito.
- (B) o dano emergente compreende aquilo que a vítima razoavelmente deixou de ganhar com a ocorrência do fato danoso.
- (C) o ato praticado com abuso do direito, mesmo se não houver causado dano à vítima, resulta em dever de indenizar.
- (D) a indenização por ofensa à liberdade pessoal consistirá no pagamento das perdas e danos que sobrevierem ao ofendido, e, se este não puder provar prejuízo material, caberá ao juiz fixar, equitativamente, o valor da indenização, na conformidade das circunstâncias do caso.
- (E) a indenização mede-se pela extensão do dano, não podendo ser reduzida pelo juiz, mesmo na existência de excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano.

58 Sobre as diferentes classes de bens previstas no Código Civil é correto afirmar que

- (A) consideram-se imóveis para os efeitos legais, os direitos de posse sobre imóveis e as ações que os asseguram.
- (B) os bens infungíveis são aqueles que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- (C) os bens naturalmente divisíveis não podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes.
- (D) não se consideram benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.
- (E) os bens públicos de uso especial, enquanto conservarem a sua qualificação, podem ser alienados, observadas as exigências da lei.

59 Sobre os contratos, de acordo com o Código Civil, é correto afirmar o seguinte:

- (A) o vício ou defeito da coisa, ainda que desconhecido pelo alienante, obriga este a restituir o valor recebido, mais as despesas do contrato.
- (B) é nulo o negócio jurídico quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio. O negócio jurídico nulo pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro.
- (C) a escritura pública é essencial à validade do contrato de compra e venda, independente do valor do negócio.
- (D) a resilição unilateral é uma modalidade de extinção do contrato e se opera mediante denúncia, independente de notificação da outra parte.
- (E) nos contratos unilaterais, nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da obrigação do outro.

60 Nos termos do Código Civil, a pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes, contado o prazo da publicação da ata de encerramento da liquidação da sociedade, prescreve em

- (A) 01 (um) ano.
- (B) 02 (dois) anos.
- (C) 03 (três) anos.
- (D) 05 (cinco) anos.
- (E) 10 (dez) anos.

61 Diz-se que as obrigações *propter rem* possuem natureza ambulatória. Caracteriza obrigação *propter rem* a obrigação de pagar

- (A) contas de energia elétrica.
- (B) taxas de condomínio.
- (C) pensão alimentícia.
- (D) contas de água.
- (E) as faturas do cartão de crédito.

62 Dentre os efeitos da posse destaca-se a possibilidade de sua defesa por meio dos interditos possessórios. A respeito da turbação, do esbulho e do desforço imediato é correto afirmar o seguinte:

- (A) a ação de interdito proibitório é cabível depois que ocorre a lesão à posse, seja por esbulho ou por turbação.
- (B) no esbulho, há mais do que mera ameaça, mas não chega a ocorrer a perda da posse.
- (C) não é possível se falar em fungibilidade, no caso das ações possessórias.
- (D) o desforço imediato pressupõe ameaça à posse, enquanto que na turbação ocorre efetivamente a perda da posse.
- (E) o possuidor pode intentar a ação de esbulho, ou a de indenização, contra o terceiro, que recebeu a coisa esbulhada sabendo que o era.

63 De acordo com o previsto na Lei n. 11.101/2005 e alterações, a decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica

- (A) suspensão do curso da decadência das obrigações do devedor sujeitas ao regime desta Lei.
- (B) suspensão das execuções ajuizadas contra o devedor relativas a créditos ou obrigações sujeitos ou não à recuperação judicial ou à falência.
- (C) suspensão das execuções ajuizadas pelos credores particulares do sócio solidário, subsidiário e ilimitado, relativas a créditos ou obrigações sujeitos à recuperação judicial ou à falência.
- (D) proibição de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens do devedor, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à recuperação judicial ou à falência.
- (E) decisão de ofício do fechamento da empresa com o encerramento definitivo das atividades empresariais, independentemente de qualquer pedido extrajudicial ou judicial realizado pelos credores quirografários ou preferenciais.

64 A pena de multa é uma espécie de sanção penal que possui natureza patrimonial e que, na grande maioria das vezes, é cominada no preceito secundário da norma penal (pena cominada) de forma isolada ou cumulada com a pena de prisão (pena corporal). Sobre a pena de multa, de acordo com o Código Penal, é correto afirmar o seguinte:

- (A) na condenação igual ou inferior a um ano, a substituição pode ser feita por multa e por uma pena restritiva de direitos.
- (B) a pena de multa consiste no pagamento ao fundo penitenciário da quantia fixada na sentença e calculada em dias-multa. Será, no mínimo, de 5 (cinco) e, no máximo, de 300 (trezentos) dias-multa.
- (C) a multa deve ser paga dentro de 15 (quinze) dias depois de transitada em julgado a sentença.
- (D) desprezam-se, na pena de multa, as frações da moeda corrente.
- (E) transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será executada perante o juiz da execução penal, não sendo considerada dívida de valor, sendo aplicáveis, contudo, as normas relativas à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive no que concerne às causas interruptivas e suspensivas da prescrição.

65 O Direito Penal Econômico, em sentido estrito, é o conjunto de normas jurídico-penais que protegem a ordem socioeconômica. Esse ramo do Direito Penal visa à proteção da atividade econômica presente e desenvolvida na economia. Os crimes contra a ordem tributária e contra o sistema financeiro se amoldam nessa perspectiva. Sobre eles é correto afirmar o seguinte:

- (A) De acordo com a Lei 8137/90, o dia-multa será fixado pelo juiz em valor não inferior a 10 (dez) nem superior a 300 (trezentos) Bônus do Tesouro Nacional.
- (B) não se aplica o princípio da insignificância aos crimes contra a ordem tributária, pois o bem jurídico protegido é a higidez do Sistema Tributário Nacional.
- (C) o crime contra a ordem tributária relacionado à conduta de falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável, é classificado como crime formal, não exigindo a materialização do resultado para a sua consumação.
- (D) induzir ou manter em erro sócio, investidor ou repartição pública competente, relativamente a operação ou situação financeira, sonogando-lhe informação ou prestando-a falsamente é crime com pena de reclusão de 2 (dois) a 6 (seis) anos ou multa.
- (E) extingue-se a punibilidade dos crimes definidos na Lei 8137/90 quando o agente promover o pagamento do tributo, inclusive acessórios, antes do recebimento da denúncia.

66 O Ministério Público ofereceu denúncia em face de um ex-prefeito e de sua ex-secretária de educação pelo crime de corrupção passiva. Sobre casos como este é correto afirmar o seguinte:

- (A) a pena é aumentada da metade, se, em consequência da vantagem ou promessa, os funcionários retardaram ou deixaram de praticar qualquer ato de ofício ou o praticaram infringindo dever funcional.
- (B) pode ser considerado o tipo se ambos exigiram para si, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, mas em razão dela, vantagem indevida.
- (C) se a participação da secretária for de menor importância, a pena pode ser diminuída em até um terço.
- (D) a secretária pode ser considerada coautora, pois não realiza diretamente o núcleo do tipo penal, mas, de qualquer modo, concorreu para o crime.
- (E) é necessário um vínculo subjetivo acerca da conduta entre os agentes para configuração da coautoria.

67 A apreensão de cédulas falsas se tornou rotineira para a Polícia Federal (PF) no Ceará, nos últimos anos. Entre 2018 e 2021, o Órgão reteve mais de 16,5 mil cédulas falsas, que somavam quase R\$ 1 milhão, no Estado. Sobre as moedas falsas é correto afirmar que

(A) falsificar moeda metálica ou papel-moeda de curso legal no país, fabricando-a ou alterando-a, é crime com pena de reclusão de três a dez anos e multa.

(B) quem, tendo recebido de boa-fé, como verdadeira, moeda falsa ou alterada, a restitui à circulação depois de conhecer a falsidade é punido com detenção de seis meses a dois anos e multa.

(C) é punido com reclusão de três a dez anos e multa o funcionário público ou diretor, gerente, ou fiscal de banco de emissão que fabrica, emite ou autoriza a fabricação ou emissão.

(D) formar cédula, nota ou bilhete representativo de moeda com fragmentos de cédulas, notas ou bilhetes verdadeiros, suprimir, em nota, cédula ou bilhete recolhidos para o fim de restituí-los à circulação, sinal indicativo de sua inutilização é crime com pena de reclusão de dois a seis anos e multa.

(E) fabricar, adquirir, fornecer, a título oneroso ou gratuito, possuir ou guardar maquinismo, aparelho, instrumento ou qualquer objeto especialmente destinado à falsificação de moeda é crime com pena de reclusão de dois a oito anos e multa.

68 Um problema comum na atualidade é o vazamento de dados, em especial, na internet. O Código Penal disciplina diversas condutas relacionadas à privacidade, ao sigilo e à proteção de dados. Não configura crime, todavia, nos termos do Código Penal

(A) divulgar sem justa causa, conteúdo de documento particular ou de correspondência confidencial, de que é destinatário ou detentor, mesmo que a divulgação não possa produzir dano a outrem.

(B) revelar a alguém, sem justa causa, segredo de que tem ciência em razão de função, ministério, ofício ou profissão e cuja revelação possa produzir dano a outrem.

(C) invadir dispositivo informático de uso alheio, conectado ou não à rede de computadores, com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do usuário do dispositivo ou de instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita.

(D) abusar da condição de sócio ou empregado de estabelecimento comercial ou industrial para, no todo ou em parte, desviar, sonegar, subtrair ou suprimir correspondência ou revelar a estranho seu conteúdo.

(E) divulgar, sem justa causa, informações sigilosas ou reservadas, assim definidas em lei, contidas ou não nos sistemas de informações ou banco de dados da Administração Pública.

69 Sobre o abuso de autoridade, julgue as afirmativas a seguir.

I. É sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território.

II. São efeitos da condenação tornar certa a obrigação de indenizar o Estado e o ofendido pelo dano causado pelo crime.

III. É crime previsto na Lei 13.869/2019 constranger funcionário ou empregado de instituição hospitalar pública ou privada a admitir para tratamento pessoa cujo óbito já tenha ocorrido.

IV. Submeter o preso a interrogatório policial durante o período de repouso noturno, salvo se capturado em flagrante delito ou se ele, devidamente assistido, consentir em prestar declarações, é crime apenado com pena de reclusão de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos e multa.

Está correto o que se afirma em

(A) I e IV, apenas.

(B) II e IV, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, apenas.

(E) III, apenas.

70 No Título V – Das Penas – do Código Penal, destaca-se o capítulo sobre a aplicação da pena. De acordo com o Código Penal, não é correto afirmar o seguinte:

- (A) no caso do agente menor de 21 (vinte e um) anos na data do fato, ou maior de 70 (setenta) anos na data da sentença, a idade é circunstância que sempre atenua pena.
- (B) a pena poderá ser atenuada em razão de circunstância relevante, anterior ou posterior ao crime, embora não prevista expressamente em lei.
- (C) no concurso de crimes, as penas de multa são aplicadas distinta e integralmente.
- (D) no concurso de agravantes e atenuantes, a pena deve aproximar-se do limite indicado pelas circunstâncias preponderantes, entendendo-se como tais as que resultam dos motivos, às circunstâncias e consequências do crime.
- (E) na fixação da pena de multa, o juiz deve atender, principalmente, à situação econômica do réu.

DIREITO CONSTITUCIONAL

71 Sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade na Constituição Federal do Brasil de 1988, é certo afirmar que

- (A) a decisão monocrática do relator exarada em sede de tutela de urgência em ação direta de inconstitucionalidade não se submete à cláusula da reserva de plenário albergada no art. 97 da Lei Fundamental.
- (B) a jurisdição constitucional abstrata brasileira admite o ajuizamento ou a continuidade de ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo já revogado ou cuja eficácia já tenha se esgotado, buscando preservar a supremacia constitucional em qualquer caso.
- (C) não é cognoscível pelo Supremo Tribunal Federal a ação direta de inconstitucionalidade que examine eventual extrapolação de competência regulamentar caracterizada por decreto autônomo que, supostamente, institui tributo mediante ato infralegal.
- (D) o Governador do Distrito Federal não tem legitimidade para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade contra ato normativo editado pela União.
- (E) a ação direta de inconstitucionalidade contra ato normativo federal, estadual ou municipal é processada e julgada originalmente pelo Supremo Tribunal Federal.

72 Sobre as Funções Essenciais à Justiça na Constituição do Estado do Pará de 1989, é certo afirmar que

- (A) aos Procuradores do Estado é assegurada a estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.
- (B) o cargo de Procurador-Geral do Estado é de livre nomeação pelo Governador do Estado, preferencialmente dentre os integrantes da carreira de Procurador do Estado.
- (C) o concurso de ingresso na carreira de Procurador do Estado é organizado pela Universidade do Estado do Pará ou por outra instituição de ensino superior credenciada pelo Ministério da Educação, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Pará.
- (D) o Defensor Público Geral é de livre nomeação pelo Governador do Estado, preferencialmente dentre os integrantes da carreira de Defensor Público estadual.
- (E) a alteração do número de membros da carreira de Defensor Público estadual está inserida no âmbito da competência privativa do Governador do Estado.

73 Sobre os Conceitos de Constituição, é certo afirmar que

(A) José Joaquim Gomes Canotilho, com a ruptura do Estado Liberal para um Estado Social, propôs a reestruturação do conceito de Constituição para que viesse a assumir uma função dirigente em que os Poderes Públicos se limitariam aos estritos contornos da lei formal.

(B) a Constituição, para Niklas Luhmann, é resultado de um acoplamento estrutural entre os sistemas do Direito e da Política. Para aquele sistema, é um elemento de fundação de suas normas e, para este, um instrumento de legitimação da vontade soberana.

(C) Carl Schmitt e Jürgen Habermas compartilham a mesma ideia de Constituição. Segundo esta ideia, estabelecem-se procedimentos políticos de acordo com os quais os cidadãos possam, no exercício de seu direito de autodeterminação, com sucesso, buscar realizar o projeto cooperativo de estabelecer justas (i.e. relativamente mais justas) condições de vida.

(D) a proposta de dirigismo constitucional elaborada por José Joaquim Gomes Canotilho é contemporânea do surgimento das Constituições liberais do século XIX.

(E) Peter Häberle desenvolve um conceito de Constituição autorreferente, que, apesar de ser construída historicamente, não está aberta a interpretações constitucionais oriundas da sociedade civil, já que somente o Poder constituído dos Tribunais lhe pode conferir a interpretação adequada.

74 Sobre o *Habeas Corpus* na Constituição Federal do Brasil de 1988, é certo afirmar que

(A) recente jurisprudência do Supremo Tribunal Federal deduziu uma equivalência entre ações constitucionais, assim entre o mandado de segurança coletivo e o *habeas corpus* coletivo, pois, apesar de não haver previsão expressa no ordenamento jurídico do *habeas corpus* coletivo, a defesa coletiva de direitos não deve obstar seu conhecimento.

(B) o *habeas corpus* visa proteger a liberdade de ir e vir, porém a transgressão deve ser realizada de forma direta pela autoridade coatora. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não admite *habeas corpus* por via reflexa.

(C) súmula de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite o cabimento de *habeas corpus* contra decisão condenatória à pena de multa ou em processo penal em que a pena pecuniária seja a única cominada, por atentar reflexamente contra a liberdade de ir e vir.

(D) súmula de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite o cabimento de *habeas corpus* contra a imposição da pena de exclusão militar ou de perda de patente ou de função pública.

(E) súmula de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite o cabimento de *habeas corpus* para discutir confisco criminal de bem, por atentar reflexamente contra a liberdade de ir e vir.

75 Sobre o Mandado de Injunção na Constituição Federal do Brasil de 1988, é certo afirmar que

(A) compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente o mandado de injunção quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Mesas de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, ou do próprio Supremo Tribunal Federal.

(B) o retardamento, ainda que possa ser considerado, abusivo na regulamentação legislativa do texto constitucional, não se qualifica como requisito autorizador do ajuizamento da ação de mandado de injunção em respeito à liberdade de conformação legislativa.

(C) os direitos constitucionalmente garantidos por meio de mandado de injunção apresentam-se como direitos à expedição de um ato normativo, os quais nunca podem ser diretamente satisfeitos por meio de provimento jurisdicional do Supremo Tribunal Federal.

(D) a omissão inconstitucional declarada por decisão judicial em mandado de injunção é aquela omissão total do legislador responsável pela edição na norma faltante. A omissão parcial não é vindicável por mandado de injunção.

(E) o Supremo Tribunal Federal não possui competência constitucional, dentro da leitura constitucional da Separação dos Poderes, para, na ação de mandado de injunção, determinar a suspensão de processos administrativos ou judiciais, com o intuito de assegurar ao interessado o direito constitucional invocado.

76 Sobre a incorporação dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos na Constituição Federal do Brasil de 1988, é certo afirmar que

(A) desde a adesão do Brasil, sem qualquer reserva, ao Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e à Convenção Americana Sobre Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica –, pode-se afirmar que o caráter comum dos diplomas internacionais sobre direitos humanos lhes reserva lugar ordinário no ordenamento jurídico dentro da mesma clássica incorporação de tratados internacionais de proteção dos direitos humanos equivalentes à lei ordinária federal.

(B) a adoção do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e da Convenção Americana Sobre Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica – pelo Estado brasileiro garante caráter especial a tais diplomas internacionais sobre direitos humanos com *status* normativo próprio das emendas constitucionais.

(C) a adoção do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e da Convenção Americana Sobre Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica – pelo Estado brasileiro garante caráter especial a tais diplomas internacionais sobre direitos humanos com *status* normativo próprio das leis complementares.

(D) independentemente da adoção pelo Brasil do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e da Convenção Americana Sobre Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica –, ambos no ano de 1992, a jurisprudência tradicional do Supremo Tribunal Federal conferia *status* normativo próprio de norma constitucional aos diplomas internacionais sobre direitos humanos.

(E) desde a adesão do Brasil, sem qualquer reserva, ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e à Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica –, ambos no ano de 1992, o caráter especial dos diplomas internacionais sobre direitos humanos lhes reserva lugar específico no ordenamento jurídico, estando abaixo da Constituição, porém acima da legislação interna.

77 Sobre o Poder Judiciário na Constituição do Estado do Pará de 1989, é certo afirmar que

(A) nos crimes comuns e nos de responsabilidade, os Desembargadores serão processados e julgados, originariamente, pelo próprio Tribunal de Justiça e, via recursal, pelo Superior Tribunal de Justiça.

(B) as ações diretas de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição do Estado do Pará podem ser propostas pelo Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil e pela Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, quando se tratar de lei ou ato normativo municipal.

(C) a iniciativa legislativa para propor à Assembleia Legislativa a alteração do número de membros do Tribunal de Justiça é, constitucionalmente, conferida ao próprio Tribunal e a um terço dos Deputados Estaduais.

(D) compete ao Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os Deputados Estaduais e os Vereadores Municipais, nos crimes comuns e militares.

(E) compete ao Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança contra atos do Governador do Estado, da Mesa e do Presidente da Assembleia Legislativa, do próprio Tribunal ou de seus órgãos diretivos e colegiados, dos Secretários de Estado, do Tribunal de Contas do Estado e do Tribunal de Contas dos Municípios, inclusive de seus Presidentes, do Procurador-Geral de Justiça e demais membros do Ministério Público do Estado, do Defensor Público Geral do Estado e demais membros da Defensoria Pública do Estado, dos Juizes de Direito, do Procurador Geral do Estado.

78 Sobre a Nacionalidade na Constituição Federal do Brasil de 1988, é certo afirmar que

- (A) são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que nenhum deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- (B) são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- (C) são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, tendo como único requisito a opção, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- (D) são brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por três anos ininterruptos e idoneidade moral.
- (E) são brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por dois anos ininterruptos e idoneidade moral.

79 Sobre os Direitos Políticos na Constituição Federal do Brasil de 1988, é certo afirmar que

- (A) a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal exige que, em razão da magnitude da matéria, todos os casos de inelegibilidade e prazos de sua cessação devem estar expressamente previstos na Constituição.
- (B) a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal exige que os casos complementares, aos previstos expressamente na Constituição, de inelegibilidade e os prazos de sua cessação respeitem a reserva de lei formal sendo exigida lei ordinária federal específica para tanto.
- (C) a ação de impugnação de mandato tem tramitação pública perante a justiça eleitoral, devendo os Tribunais Regionais Eleitorais providenciarem o registro de sua tramitação em sítio eletrônico próprio com *link* destacado no sítio principal do tribunal.
- (D) a perda ou suspensão de direitos políticos só se dará nos casos de cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado; não comparecimento por três eleições seguidas às eleições gerais e ausência de justificação perante a justiça eleitoral; incapacidade civil relativa; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII; ou improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.
- (E) a perda ou suspensão de direitos políticos só se dará nos casos de cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado; incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII; ou improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.

80 Sobre a Ação Civil Pública na Constituição Federal do Brasil de 1988, é certo afirmar que

- (A) segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional a delimitação dos efeitos da sentença proferida em sede de ação civil pública aos limites da competência territorial de seu órgão prolator.
- (B) dentre os temas que conferem legitimidade ao Ministério Público para promover ação civil pública, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não está incluída aquela cujo fundamento seja a ilegalidade de reajuste de mensalidades escolares.
- (C) segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a definição do juízo competente para o processamento de ações civis públicas cuja sentença tenha projeção regional ou nacional se encontra no âmbito de livre determinação do autor da ação civil pública.
- (D) segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, em se tratando de ação civil pública com abrangência nacional ou regional, sua propositura deve ocorrer sempre no Distrito Federal.
- (E) segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a delimitação dos efeitos territoriais da sentença proferida em sede de ação civil pública depende da formação da maioria absoluta dos membros do Tribunal ou dos membros do respectivo órgão especial.

81 Sobre a posse de Governadores, de Vice-Governadores, do Presidente e do Vice-Presidente da República na Constituição Federal do Brasil de 1988, é certo afirmar que

(A) é realizada sucessivamente de quatro em quatro anos, e assim será em primeiro de janeiro de 2023, 2027, e 2031.

(B) a próxima posse dos Governadores e Vice-Governadores será em seis de janeiro de 2023.

(C) a partir das eleições de 2026, a posse de Governadores, de Vice-Governadores, do Presidente e do Vice-Presidente da República será realizada nos dias cinco e seis de janeiro do ano subsequente ao término do mandato de seus antecessores.

(D) o mandato dos atuais Presidente e Vice-Presidente da República durará até 5 de janeiro de 2023.

(E) o Presidente da República e os Governadores de Estado e do Distrito Federal eleitos em 2022 tomarão posse em cinco e seis de janeiro de 2023, respectivamente.

82 Sobre os Servidores Públicos Civis na Constituição do Estado do Pará de 1989, é certo afirmar que

(A) é assegurada, na forma da lei complementar, a participação de servidores públicos na gerência de fundos e entidades para as quais contribuem.

(B) é assegurada, na forma da lei complementar, a participação de servidores públicos na gerência de fundos e entidades para as quais contribuem, respeitado o mínimo de quarenta por cento de vagas aos representantes dos servidores públicos.

(C) o servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem.

(D) o servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, deverá requerer aposentadoria proporcional de seu cargo, emprego ou função tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital.

(E) o servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, será afastado do cargo, emprego ou função no caso de investidura no mandato de Prefeito, sendo remunerado pelo exercício da prefeitura.

83 Sobre a Segurança Pública na Constituição do Estado do Pará de 1989, é certo afirmar que

(A) é exercida por três órgãos, subordinados ao Governador do Estado: a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar.

(B) compete à Polícia Militar a segurança interna do Estado e de seus respectivos estabelecimentos penais.

(C) a Polícia Penal tem como incumbência principal a segurança dos estabelecimentos penais.

(D) a Polícia Civil tem como incumbência principal as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive as militares.

(E) a Polícia Civil tem como incumbência principal as funções de polícia judiciária, a apuração de infrações penais, inclusive as militares, e segurança dos estabelecimentos penais.

RASCUNHO

84 Sobre o novo regime de pagamento de precatórios do Poder Judiciário na Constituição Federal do Brasil de 1988, é certo afirmar que

(A) o pagamento do precatório judicial até o final do exercício de 2023, depende da inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até dois de abril de 2022.

(B) as receitas que os Estados e os Municípios receberem a título de pagamentos da União por força de ações judiciais que tenham por objeto a complementação de parcela desta no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) deverão, no máximo de sessenta por cento, ser aplicadas na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público e na valorização de seu magistério, conforme destinação originária do Fundo.

(C) de forma permanente, fica estabelecido, para cada exercício financeiro, limite para alocação na proposta orçamentária das despesas com pagamentos em virtude de sentença judiciária de que trata o art. 100 da Constituição Federal, equivalente ao valor da despesa paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos, corrigido na forma do § 1º do art. 107 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, devendo o espaço fiscal decorrente da diferença entre o valor dos precatórios expedidos e o respectivo limite ser destinado ao programa previsto no parágrafo único do art. 6º e à seguridade social, nos termos do art. 194, ambos da Constituição Federal.

(D) de forma permanente, fica estabelecido, para cada exercício financeiro, limite para alocação na proposta orçamentária das despesas com pagamentos em virtude de sentença judiciária de que trata o art. 100 da Constituição Federal, equivalente ao valor da despesa paga no exercício financeiro do ano anterior, incluídos os restos a pagar pagos, corrigido na forma do § 1º do art. 107 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, devendo o espaço fiscal decorrente da diferença entre o valor dos precatórios expedidos e o respectivo limite ser destinado ao programa previsto no parágrafo único do art. 6º e à seguridade social, nos termos do art. 194, ambos da Constituição Federal.

(E) o limite para o pagamento de precatórios corresponderá, em cada exercício, ao limite previsto no *caput* do art. 107-A deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, reduzido da projeção para a despesa com o pagamento de aquisições de pequeno valor para o mesmo exercício, que passam a não ter prioridade no pagamento.

85 Sobre a Intervenção nos Estados e Municípios na Constituição Federal do Brasil de 1988, é certo afirmar que

(A) a decretação da intervenção dependerá de provimento, pelo Superior Tribunal de Justiça, de representação do Procurador-Geral da República, no caso de recusa à execução de lei federal.

(B) os dois tipos constitucionais de representações interventivas do Procurador-Geral da República no caso de intervenção federal serão propostos perante o Supremo Tribunal Federal.

(C) a motivação de intervenção da União nos Estados e Distrito Federal por não aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, refere-se à manutenção e desenvolvimento do ensino, excluídos os mínimos na manutenção e desenvolvimento nas ações e serviços públicos de saúde e saneamento básico.

(D) a motivação de intervenção da União nos Estados e Distrito Federal por não aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, refere-se à manutenção e desenvolvimento do ensino, excluídos os mínimos na manutenção e desenvolvimento nas ações e serviços públicos de saúde.

(E) entre as motivações de intervenção da União nos Estados e Distrito Federal não está expressamente incluída a observância do princípio constitucional da autonomia municipal.

- 86** Sobre a Ação Popular na Constituição Federal do Brasil de 1988, é certo afirmar que
- (A) a autoria popular da Ação Popular é sempre plúrima e composta de, pelo menos, um décimo por cento dos eleitores ativos da circunscrição eleitoral do juízo competente para processá-la.
 - (B) a autoria popular da Ação Popular é sempre coletiva e composta de, pelo menos, um décimo por cento dos eleitores ativos da circunscrição eleitoral do juízo competente para processá-la.
 - (C) o Supremo Tribunal Federal dispõe de competência originária para processar e julgar ação popular promovida contra decisão emanada dos Tribunais Superiores com exceção do Tribunal Superior Eleitoral.
 - (D) o Supremo Tribunal Federal dispõe de competência originária para processar e julgar ação popular promovida contra decisão emanada dos Tribunais Superiores com exceção do Tribunal Superior do Trabalho.
 - (E) o Supremo Tribunal Federal não dispõe de competência originária para processar e julgar ação popular promovida contra decisão emanada do Superior Tribunal de Justiça.
- 87** Sobre os Direitos Sociais na Constituição Federal do Brasil de 1988, é certo afirmar que
- (A) os Direitos Sociais previstos no art. 6º, *caput*, da Constituição são *ratio* para inúmeros outros direitos sociais instrumentais, é o caso da licença-gestante instrumentalizada pela proteção à maternidade.
 - (B) o conjunto dos Direitos Sociais, foi consagrado constitucionalmente como uma das espécies de direitos fundamentais, se caracterizando-se como verdadeiras liberdades positivas, que, não obstante, têm observância facultativa em um Estado Social de Direito.
 - (C) conforme a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, não são extensíveis aos servidores contratados temporariamente (art. 37, IX, CF) os direitos sociais previstos no art. 7º da Constituição da República demandando regulamentação infraconstitucional específica.
 - (D) conforme a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, não é legítima a intervenção do Poder Judiciário a fim de resguardar direitos sociais em respeito ao princípio da Separação dos Poderes.
 - (E) o entendimento do Supremo Tribunal Federal orienta-se no sentido de que cabe à legislação infraconstitucional de competência privativa do Congresso Nacional a disciplina da extensão aos servidores públicos civis dos direitos sociais estabelecidos no art. 7º do Texto Constitucional.
- 88** Sobre o Mandado de Segurança na Constituição Federal do Brasil de 1988, é certo afirmar que
- (A) o direito líquido e certo no mandado de segurança é o que resulta de fato certo capaz de ser comprovado, de plano, por documento inequívoco, ou que permita instrução probatória sumaríssima.
 - (B) o ajuizamento do mandado de segurança é cabível tanto contra atos praticados no desempenho de atribuições do Poder Público quanto contra atos de gestão comercial praticados por administradores de empresas públicas, sociedades de economia mista e concessionárias de serviço público.
 - (C) é cabível mandado de segurança tanto no caso de o impetrante defender direito subjetivo quanto no interesse reflexo de normas objetivas.
 - (D) segundo a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, não se admite mandado de segurança contra atos do Presidente das Casas Legislativas com base em regimento interno delas, na condução do processo de feitura das leis.
 - (E) segundo a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, a matéria relativa à interpretação, pelo Presidente do Congresso Nacional, de normas de regimento legislativo é passível de análise jurisdicional, não se circunscrevendo no domínio *interna corporis*.

89 Sobre o Processo Legislativo na Constituição Federal do Brasil de 1988, é certo afirmar que
(A) a discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República terão início na Câmara dos Deputados, já os de iniciativa do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início no Senado Federal.
(B) a discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início alternado, uma vez no Senado Federal e outra vez na Câmara dos Deputados, sucessivamente.
(C) o Presidente da República poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa, inclusive nos casos de projetos de código.
(D) a matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
(E) as leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República após delegação de competência do Senado Federal.

90 Sobre o Poder Legislativo na Constituição do Estado do Pará de 1989, é certo afirmar que
(A) as Comissões Parlamentares de Inquérito serão criadas a requerimento de um terço dos membros da Assembleia Legislativa, após aprovação plenária, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.
(B) a convocação extraordinária da Assembleia Legislativa far-se-á pelo Governador, pelo Presidente do Tribunal de Justiça, por seu Presidente, ou a requerimento da maioria de seus membros.
(C) os deputados estaduais fazem *jus* a verba indenizatória em razão de convocação de sessão legislativa extraordinária.
(D) o plenário da Assembleia Legislativa é soberano em suas deliberações, podendo, inclusive, avocar, pelo voto da maioria de seus membros, toda e qualquer matéria ou ato submetido à Mesa, à Presidência ou Comissões, para sobre ele deliberar.
(E) os decretos legislativos versam sobre matéria de competência exclusiva da Assembleia Legislativa e de competência concorrente do Tribunal de Justiça e do Ministério Público do Estado.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

91 Considerando o modelo em camadas OSI utilizado para o projeto de sistemas de redes de computadores, julgue verdadeira (V) ou falsa (F) cada uma das afirmativas a seguir.

I. A camada de Rede é responsável por transferir os pacotes da origem ao destino, fornecer ligação entre as redes e recuperar erros.

II. A camada de Enlace de dados é responsável por organizar bits em frames, comprimir os dados e fornecer entrega nó a nó.

III. A camada de Transporte é responsável por prover a entrega confiável de mensagens de processo a processo, criptografar e comprimir os dados.

A sequência correta é

(A) I - F; II - V; III - V.

(B) I - V; II - F; III - V.

(C) I - V; II - V; III - F.

(D) I - F; II - F; III - F.

(E) I - V; II - V; III - V.

92 Considerando os passos utilizados pelo algoritmo de assinatura digital RSA, julgue verdadeira (V) ou falsa (F) cada uma das afirmativas a seguir.

I. A mensagem a ser assinada é inserida em uma função de hash que produz um código hash seguro de tamanho variado.

II. O código hash gerado é encriptado usando a chave privada do emissor para formar a assinatura digital.

III. O destinatário recebe a mensagem e produz um código hash. Ele também decripta a mensagem usando a chave pública do emissor. Se o código hash calculado coincidir com a assinatura decriptada, ela é aceita como válida.

A sequência correta é

(A) I - F; II - F; III - F.

(B) I - F; II - F; III - V.

(C) I - V; II - V; III - F.

(D) I - F; II - V; III - V.

(E) I - V; II - V; III - V.

93 Considerando os conceitos e características próprios de um Data Warehouse, julgue verdadeira (V) ou falsa (F) cada uma das afirmativas a seguir.

I. Os Data Warehouses existem como armazenamento persistente em vez de serem materializados por demandas.

II. Os Data Warehouses podem ser indexados para otimizar o desempenho e, caracteristicamente, oferecem suporte específico de funcionalidades.

III. Os Data Warehouses oferecem uma grande quantidade de dados integrados e são livres das restrições do ambiente transacional, permitindo uma eficiência aumentada no processamento da consulta.

A sequência correta é

(A) I - F; II - F; III - F.

(B) I - V; II - F; III - V.

(C) I - V; II - V; III - F.

(D) I - F; II - V; III - V.

(E) I - V; II - V; III - V.

94 A forma de controle de acesso lógico, em que o dono dos dados e os usuários individuais são capazes de definir, ao seu critério, qual acesso será permitido aos seus dados independentemente da política, é definida como um controle de acesso

(A) mandatário.

(B) baseado na função.

(C) discricionário.

(D) baseado em reivindicações.

(E) seletista.

95 São exemplos de redes sem fio de salto único e sem infraestrutura as

(A) redes de celular e as redes *ad hoc*.

(B) redes *Bluetooth* e as redes móveis *ad hoc*.

(C) redes de sensores sem fio e *redes Bluetooth*.

(D) *redes Bluetooth* e *redes ad hoc*.

(E) redes de celular e redes móveis *ad hoc*.

96 Sobre os grupos de processos do PMBOK, julgue verdadeira (V) ou falsa (F) cada uma das afirmativas a seguir.

I. O grupo de processos de iniciação é formado por processos realizados para definir um novo projeto ou uma nova fase de um projeto existente.

II. O grupo de processos de execução é formado por processos realizados para definir o escopo do projeto, refinar os objetivos e definir a linha de ação necessária para alcançar os objetivos para os quais o projeto foi criado.

III. O grupo de processos de encerramento é formado por processos realizados para concluir ou fechar formalmente um projeto, fase ou contrato.

A sequência correta é

(A) I - V; II - F; III - V.

(B) I - F; II - V; III - V.

(C) I - V; II - F; III - F.

(D) I - F; II - V; III - F.

(E) I - V; II - V; III - V.

97 Sobre o gerenciamento de riscos no contexto de gerenciamento de projetos de software, julgue verdadeira (V) ou falsa (F) cada uma das afirmativas a seguir.

I. A categoria de riscos de projeto envolve os riscos que afetam o cronograma ou os recursos de projeto.

II. A categoria de riscos de produto envolve riscos que afetam a qualidade ou o desempenho do software que está sendo desenvolvido.

III. A categoria de riscos de negócio envolve riscos que afetam a organização que desenvolve ou adquire o software.

A sequência correta é

(A) I - V; II - F; III - F.

(B) I - F; II - F; III - V.

(C) I - V; II - V; III - V.

(D) I - F; II - V; III - F.

(E) I - V; II - V; III - F.

98 Sobre os componentes de alinhamento estratégico e compliance no contexto da implementação de governança de Tecnologia da Informação (TI), julgue verdadeira (V) ou falsa (F) cada uma das afirmativas a seguir.

I. O processo de alinhamento estratégico da TI consiste em determinar o alinhamento no que diz respeito a arquitetura, infraestrutura, aplicações, processos e organização com as necessidades atuais e futuras do negócio.

II. A gestão de demanda consiste em analisar a dinâmica do negócio, indicadores de necessidade de novos serviços, melhoria dos serviços existentes, necessidade de aumento de capacidade em sistemas e infraestrutura.

III. As competências são as habilidades e os conhecimentos necessários para o desenvolvimento e a implantação das iniciativas de TI e que estarão presentes na estrutura organizacional e nos processos de serviços de TI.

A sequência correta é

(A) I - F; II - V; III - V.

(B) I - V; II - V; III - V.

(C) I - V; II - F; III - V.

(D) I - F; II - F; III - F.

(E) I - V; II - V; III - F.

99 Sobre as características do grupo de trabalho responsável pela análise SWOT, julgue verdadeira (V) ou falsa (F) cada uma das afirmativas a seguir.

- I. O grupo de trabalho deve discutir pontos fracos e ameaças de forma aberta e objetiva.
- II. O grupo de trabalho deve reservar o tempo necessário para realizar uma análise profunda para desenvolver um plano de ação viável.
- III. O grupo de trabalho deve pensar e atuar de modo semelhante para que todas as ações sejam determinadas sem discussões.

A sequência correta é

- (A) I - V; II - F; III - F.
- (B) I - V; II - V; III - V.
- (C) I - F; II - F; III - V.
- (D) I - F; II - V; III - F.
- (E) I - V; II - V; III - F.

100 Sobre as características de um Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD), julgue verdadeira (V) ou falsa (F) cada uma das afirmativas a seguir.

- I. Um SGBD tem como propriedade a dependência dos dados do programa. A estrutura dos arquivos de dados é armazenada no catálogo do SGBD separadamente dos programas de acesso.
- II. Um SGBD multiusuário precisa oferecer suporte para definir múltiplas visões dos dados. Por exemplo, uma visão pode ser um subconjunto do banco de dados ou conter um dado virtual que é derivado dos arquivos do banco de dados.
- III. Um SGBD precisa garantir que as transações concorrentes sejam realizadas de maneira correta, ou seja, quando vários usuários tentarem atualizar o mesmo dado é preciso garantir o controle de concorrência para que o resultado das operações seja correto.

A sequência correta é

- (A) I - F; II - V; III - V.
- (B) I - F; II - F; III - V.
- (C) I - V; II - V; III - V.
- (D) I - F; II - F; III - F.
- (E) I - V; II - V; III - F.

RASCUNHO